

**EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 22.761 - DF (2016/0212339-2)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
EMBARGANTE : FLAVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO  
ADVOGADO : DANIELLA BORGES DE CASTRO COSTA - DF018981  
EMBARGADO : UNIÃO  
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU  
INTERES. : ADVOGADO GERAL DA UNIÃO

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRADIÇÃO, OMISSÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO PARTICULAR REJEITADOS.*

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos por FLAVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO contra decisão monocrática de minha lavra, proferida com a seguinte ementa:

*ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. REVOGAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE EXTENSÃO EM PAÍS ESTRANGEIRO ÀS VÉSPERAS DE SEU INÍCIO. LIMINAR CONCEDIDA, EM JUÍZO PERFUNCTÓRIO, POR APARENTE VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. IMPLEMENTO DO PRAZO TOTAL DE DURAÇÃO DO CURSO. ALEGAÇÃO DE NECESSIDADE DE DIFERIMENTO DO CONTRADITÓRIO E TAMBÉM DE FATOS QUE DEMANDAM A DILAÇÃO PROBATÓRIA. PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM E REVOGAÇÃO DA LIMINAR. QUESTÃO QUE DEVE SER RESOLVIDA MEDIANTE A DILAÇÃO PROBATÓRIA JUNTO ÀS VIAS ORDINÁRIAS. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO, REVOGANDO-SE A LIMINAR E PREJUDICADO O AGRAVO INTERNO DA UNIÃO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.*

2. Inconformado, o recorrente alega estar suficientemente comprovada a inobservância do contraditório e da ampla defesa na prática do ato vergastado.

3. Impugnação às fls. 822/826.

4. É o relatório.

5. De início, cumpre esclarecer que o art. 1.022 do CPC/2015 é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão.

6. Destarte, infere-se que, não obstante prepondere a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do *decisum*, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição ou omissão; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, é dizer, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório em seu dispositivo, mas aclaratório ou integrativo, daí não sendo seu processamento norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade.

7. Destaca-se, ainda, que, tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o Órgão Julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes, mormente quando desinfluentes para a solução da lide, ou se notório o caráter de infringência do julgado. Nesse sentido:

*ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA JULGADA IMPROCEDENTE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. ART. 535, II DO CPC. CONTRARIEDADE. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. VIOLAÇÃO. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. LEI FEDERAL. INDICAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA 284/STF. MATÉRIA LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

1. *Tendo o Tribunal de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não há falar em afronta ao art. 535, II do CPC, não se devendo confundir fundamentação sucinta com ausência de fundamentação (Resp. 763.983/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ 28/11/05).*

(...).

5. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 12.346/RO, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 26.8.2011).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

8. Ademais, a contradição autorizadora da oposição dos Aclaratórios é aquela de ordem interna, que se caracteriza nos termos da própria decisão embargada, e não entre os termos da decisão e o entendimento que a parte reputa correto.

9. Feitas estas observações, nota-se que as razões recursais não revelam a presença de quaisquer das circunstâncias ensejadoras dos Aclaratórios, impondo-se sua rejeição.

10. Ante o exposto, rejeitam-se os Embargos de Declaração do Particular.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília-DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR